

REVISÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS ALTERADAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

César Sabogal (Cifor); Everaldo Almeida (Convênio Embrapa/Cifor); Juliana Silveira (Convênio Embrapa/Cifor); Silvío Brienza Júnior (Embrapa)

Correio Eletrônico para contato: e.almeida@cgiar.org Convênio Embrapa – Cifor, Embrapa Amazônia Oriental, Trav. Dr. Enéas Pinheiro s/n, CEP 66.095-100, Belém-Pará – Brasil, Fone/Fax: (+ 55 91) 276 9539/0041, correio eletrônico: ciforbel@interconect.com.br

1 O surgimento de áreas alteradas na Amazônia

Os modelos econômicos de ocupação da Amazônia não têm contemplado políticas ambientais apropriadas à mesma, e como resultado, observa-se que as taxas anuais de desmatamento vêm aumentando (23.750 km² só entre 2002-2003). Nos últimos 10 anos, estima-se que cerca de 200 mil km² foram desmatados, configurando o conhecido arco do desmatamento.

O Centro Internacional para Pesquisa Florestal – Cifor, juntamente com a Embrapa Amazônia Oriental estão desenvolvendo um estudo intitulado “*Revisão de Experiências de Recuperação de Áreas Alteradas na Amazônia Brasileira*”. Este estudo conta com a colaboração do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – Ipam e do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG. O objetivo central é conhecer experiências de recuperação de áreas alteradas, analisá-las e retirar lições que possam orientar políticas públicas e de financiamento visando aumentar as chances de recuperação de áreas já alteradas na Amazônia.

O termo “áreas alteradas” no qual o estudo está centrado, significa áreas antropizadas por atividades agropecuária e madeireira, e tem como foco os estabelecimentos rurais, abrangendo três tipos de área: preservação permanente, reserva legal e áreas abertas (sem vegetação ou ocupadas por capoeiras).

A coleta de dados do estudo teve como principal foco a região mais desflorestada da Amazônia brasileira, conhecida como *arco do desmatamento*. Esta região tem início no nordeste do Estado do Pará, atravessa o sudoeste do estado do Maranhão e norte do Estado do Mato Grosso, seguindo até o noroeste do Estado de Rondônia. Sua largura varia entre 200 e 600 km, dependendo da intensidade das atividades antrópicas. Apesar desta faixa incluir sete estados da Amazônia, em 2001, apenas 50 municípios (20% dos municípios do arco) foram responsáveis por 70% do desmatamento. É nesta região que programas de recuperação de áreas alteradas devem dedicar mais esforços.

Nesta região predominam atividades como exploração predatória de madeira, pecuária e agricultura e trazem, dentre outros problemas, a susceptibilidade ao fogo. A ocorrência de fogo acidental e o próprio desmatamento, provocam a diminuição da umidade local, alterando o regime de chuva da região, redução da capacidade produtiva, comprometimento da biodiversidade e dos serviços ecológicos, dentre outros. Os modelos de uso da terra utilizados, atualmente, pela agricultura amazônica seja em pequena, média ou grande escalas, acarretam a exaustão do solo, comprometendo a produção agrícola futura e ameaçando a floresta. O esgotamento dos nutrientes do solo faz com que o produtor abandone a área, desmatando novas áreas.

2 O estudo “Revisão das Experiências de Recuperação de Áreas Alteradas”, uma parceria entre Cifor e Embrapa

As áreas alteradas podem se tornar produtivas, e recuperá-las é uma importante alternativa para reduzir a pressão sobre a floresta. O estudo que está sendo desenvolvido pelo convênio Embrapa-Cifor tem como objetivos específicos: (a) conhecer as experiências de recuperação de áreas alteradas desenvolvidas na Amazônia, identificando os motivos de sucesso e insucesso; (b) identificar os fatores técnicos, econômicos, sociais e políticos que influenciam a adoção de tecnologias disponíveis para a recuperação de áreas alteradas; (c) retirar destas experiências, lições que possam ser usadas no planejamento, execução e avaliação de futuras iniciativas para recuperar áreas alteradas, (d) analisar as experiências



Área de manejo de açaizeiro com enriquecimento de espécies frutíferas e florestais. Associação dos Pequenos Agricultores da Vila das Crioulas-Apavicri. Breu Branco - Pará.

desenvolvidas e retirar padrões de projetos de recuperação de áreas alteradas, específicos para diferentes regiões da Amazônia; e (e) divulgar os resultados obtidos, orientando políticas públicas com relação a financiamentos concedidos para pequenos, médios e grandes produtores.

Inicialmente foi dedicado esforço para buscar o maior número de experiências com recuperação de áreas alteradas na Amazônia brasileira. Com o apoio de várias instituições, mais de 300 experiências espalhadas por toda a Amazônia foram catalogadas e encontram-se armazenadas no banco de dados do Cifor. Com base neste levantamento foi feita a seleção das experiências para visita de campo, obedecendo alguns critérios, dentre eles: a) presença de componente arbóreo; b) experiências com mais de um ano de implementação; e c) área de tamanho superior a 0,5 ha.

O esforço amostral foi concentrado em projetos coletivos com agricultores familiares. No total, foram visitados 24 projetos nos estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia e Acre. Após as visitas de campo observou-se que para se conduzir uma experiência de recuperação de área alterada é preciso pensar em todas as etapas, que vão desde a organização dos agricultores, espécies a serem plantadas, até a comercialização dos produtos.

3 Resultados preliminares

Seleção de produtores: para que o projeto tenha maior chance de sucesso é importante selecionar agricultores que realmente estejam interessados na atividade, freqüentando e participando de reuniões. O fato de um projeto poder ser a “fundo perdido” atrai muitos agricultores, mas não deve ser esquecido que há necessidade de dedicação como qualquer outra atividade. Os coordenadores devem ter a sensibilidade de selecionar agricultores que se comprometam com os objetivos do projeto.

Escolha de espécie: deve ser levado em consideração que a doação de recursos é importante apenas para iniciar o processo, e que os agricultores deverão estar aptos a levar adiante a experiência após o término do projeto. Ou seja, os lucros gerados pela experiência devem ser suficientes para prover o sustento da família e investir ainda mais na atividade. Para tanto, é preciso ser criterioso na escolha das espécies a serem plantadas. É importante selecionar espécies que frutifiquem em diferentes épocas, pois é uma maneira de garantir a renda do agricultor durante todo o ano. Também devem ser plantadas espécies que frutifiquem desde o primeiro ano, pois como para os beneficiários se trata de uma maneira alternativa de cultivar a terra, é de fundamental importância mostrar resultados a curto prazo, motivando o agricultor. Nesta fase também é importante pensar no mercado consumidor.

Participação dos agricultores: os agricultores têm experiência no cultivo da terra e, portanto, suas opiniões devem ser levadas em consideração. Quando isto acontece, o nível de aceitação e a probabilidade do projeto ser levado adiante são muito maiores. A participação dos agricultores também é importante no sentido de fazê-los se sentirem responsáveis pela experiência.

Assistência técnica: levando-se em consideração que a maioria dos agricultores não tem muita experiência no plantio consorciado, a orientação para a condução da experiência é extremamente relevante. Para tanto, é necessário buscar parcerias institucionais e governamentais, onde possa ser garantida assistência técnica de qualidade e com freqüência.

Descentralização da coordenação: é natural que as associações de produtores tenham líderes e que estes tomem a frente das atividades. Entretanto, esta liderança não pode significar que ele seja o único responsável. A administração dos recursos é complexa, principalmente quando se trata de valores altos. Portanto, o ideal é ter um grupo de pessoas responsáveis e não somente uma ou duas pessoas.



Sistema agroflorestal de café, pupunha e castanheira com 10 anos. Associação Juinense Organizada para Ajuda Mútua - Ajopam. Juína, Mato Grosso.

Industrialização e comercialização: o conjunto de sistemas de uso da terra praticados na região, funciona melhor baseado no tripé produção, assistência técnica e comercialização. A comercialização é o processo final da atividade e, portanto, fator limitante para seu sucesso. Entretanto, os produtos vendidos *in natura* não produzem renda ideal, daí a necessidade da industrialização, com a finalidade de agregar valor. A busca de recursos para a industrialização deve ser feita desde o início, de modo que, quando as primeiras culturas frutificarem, a indústria já esteja pronta. Esta também é uma maneira de incentivar o agricultor, pois o retorno financeiro é logo atingido. O sucesso na geração de renda pode incentivar agricultores vizinhos a iniciar o mesmo tipo de experiência por conta própria, como foi observado em alguns projetos visitados. Nos projetos visitados onde a indústria não estava pronta, muitos agricultores abandonaram as atividades.

Perspectivas

Por meio deste estudo pretende-se melhorar as possibilidades de sucesso de futuras iniciativas de recuperação de áreas alteradas, via utilização de diferentes sistemas de uso da terra, inclusive agroflorestais. Também espera-se que seja possível orientar políticas públicas que visem implementar o uso sustentável de recursos naturais, a partir da reutilização de áreas já desflorestadas. Assim, pode ser possível reduzir a pressão sobre a floresta pelas atividades agropecuárias e madeireiras, assegurando melhores condições de vida as populações locais.



Produtos industrializados oriundos de sistemas agroflorestais. Associação dos Produtores Alternativos- Apa. Ouro Preto do Oeste-Rondônia